

**Usos políticos da imprensa:
o caso dos jornais mato-grossenses *A Reação* e *A Cruz* (1903-1945)**

*Political uses of the press:
the case of the Mato Grosso newspapers *A Reação* and *A Cruz* (1903-1945)*

Carlos Alexandre Barros TRUBILIANO¹
Gilmara Yoshihara FRANCO²

Resumo

Discutir periódicos é, em boa medida, pensar sobre discursos políticos. Assim, o conteúdo político dos jornais pode ser entendido como produto de convenções e estruturas de legitimação socialmente construídas e historicamente localizadas e que não apenas refletem as visões de mundo dos agentes envolvidos em sua elaboração, mas também as formas de construção das identidades e da memória social de uma dada época. No entanto, para que possamos discutir o papel desses meios de comunicação, é necessário entender o seu uso, não apenas para transmitir informação e conteúdo simbólico, mas, principalmente, considerar que esses veículos implicam na transformação das interações sociais. Deste modo, o objetivo deste artigo é fazer algumas reflexões, sob a perspectiva da ciência histórica, sobre o uso político da imprensa, tendo como aporte documental os jornais mato-grossense *A Reação* e o jornal *A Cruz*.

Palavras-chave: Imprensa. Política. Mato Grosso. República.

Abstract

To discuss journals is, to a large extent, to think about political speeches. Thus, the political content of newspapers can be understood as the product of socially constructed and historically located conventions and legitimation structures that not only reflect the worldviews of the agents involved in their elaboration, but also the ways of building identities and memory of a given time. However, in order for us to discuss the role of these media, it is necessary to understand their use, not only to transmit information and symbolic content, but mainly to consider that these vehicles imply the transformation of social interactions. Thus, the objective of this article is to make some reflections, from the perspective of historical science, on the political use of the press, with the documentary contribution of the Mato Grosso newspapers *A Reação* and the newspaper *A Cruz*.

Keywords: Press. Politics. Mato Grosso. Republic.

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)/ Campus de Franca. Professor da Universidade Federal de Rondônia (Unir). E-mail: carlos.trubiliano@unir.br

² Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) / Campus de Franca. Professora da Universidade Federal de Rondônia (Unir). E-mail: gilmara.franco@unir.br

Introdução

O estreitamento dos laços entre pesquisa histórica e jornais impressos têm, cada vez mais, atraído a atenção de pesquisadores, sejam aqueles ligados ao estudo do político ou a outras vertentes da análise historiográfica. Para o presente estudo, tomamos os jornais como o espaço dos enfrentamentos políticos, uma vez que, destituída de espacialidade para a fomentação de discursos e ideias, a elite mato-grossense fez uso da imprensa – que, aliás, ela mesma produzia –, para debater e difundir projetos. Os grupos dialogavam entre si por meio das páginas que publicavam. Quando a esfera deixava de ser o debate político, era a violência que decidia o resultado das disputas. Tais publicações contavam com periodicidade diária, semanal ou quinzenal. É importante considerar ainda que a mídia impressa tem se apresentado no contexto da renovação dos estudos da história política como fonte, que “cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2006, p. 128).

Tomar jornais como fonte não significa pensá-los como receptáculos de verdades; ao contrário, a partir de sua parcialidade, dos grupos que os mantinham, até porque os produziram para isso, o que pretendemos é compreender como se construíam as disputas, quais os interesses envolvidos, como os conflitos são justificados e como procuravam personificar e legitimar as lideranças políticas; enfim, “olhar os documentos e decodificá-los a partir de seus usos e finalidades” (MESQUITA, 2007, p.61). Em outras palavras, o uso desse tipo de fonte permitirá interpretar o universo da política local, situando-a em um âmbito maior, e a cultura política republicana brasileira no espaço temporal adotado como recorte deste artigo (1902-1945).

A investigação dos processos políticos em nosso país tende a incorporar, com maior frequência, a análise da influência, dos papéis e recursos políticos específicos dos meios de comunicação de grande circulação. A intervenção política nos órgãos de imprensa se apresenta, para os analistas, como uma variável significativa (WELTMAN, 1995). É sabido que, com a expansão e o aprimoramento das técnicas de informação, tornou-se possível a aplicação dos meios de controle social. Os jornais são exemplos desses meios: influenciando os costumes, as tradições, o comportamento e as opiniões, tendo interferência nos campos político, social, econômico, artístico e literário, entre

outros, alterando conceitos, modificando hábitos e provocando transformações imediatas na sociedade sem, contudo, modificá-la.

Frente ao extraordinário desenvolvimento da capacidade de reprodução das informações e sua força de persuasão sobre as pessoas, o “uso adequado” dos meios de comunicação de massa passou a ser encarado como um forte instrumento político (PEREIRA, 1980, p.119). Nessa perspectiva, a imprensa transforma-se em uma instituição de natureza privada, porém com dimensões públicas. Assim é que, para Getúlio Vargas, para quem o primeiro dever do Estado era o de “polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão”, a imprensa constituía-se no “maior elemento para um bom governo” (CARONE, 1976, p. 171).

Entre os teóricos que se dedicaram ao tema está Serge Berstein, que define cultura política como uma instância na qual “o real e suas representações se cruzam”. Berstein não propõe conferir ou atribuir ao estudo do político foros de autonomia hermenêutica em que o pesquisador possa lançar mão de fórmula teórico-metodológica única, hermeticamente fechada, separando o político de outros níveis da vida em sociedade; ao contrário, para esse autor, o estudo do político “é fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”. O estudo do político, segundo Berstein, está situado na “encruzilhada da história cultural e da história política”, e se constitui como possibilidade de “explicação dos comportamentos políticos por uma fração do patrimônio cultural adquirido”.

A noção formulada por Berstein sugere a uma coexistência de cultura política no plural, ou seja, a simultaneidade de culturas políticas em um mesmo contexto histórico. De acordo com sua proposição, “é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem às áreas dos valores partilhados”.³ Conscientes da força representada pela imprensa, as elites mato-grossenses – nas primeiras décadas do regime republicano – lançaram mão dos jornais como instrumento para a formulação, divulgação e reforço de padrões de comportamentos sociais e de posicionamentos políticos. Para verificar essa hipótese

³ O esforço feito por Berstein em conceituar o político e apontar horizontes teóricos à proposta de estudos, entre os historiadores, somam-se os trabalhos de dezenas de especialistas – sobretudo aqueles ligados à escola francesa do político, como os de René Rémond, Jean Pierre Rioux e Pierre Rosanvallon que têm sugerido abordagens do político – demonstrando a viabilidade de análises centradas nos aspectos teóricos da matéria. Sobre o conceito de cultura política ver: BERSTEIN, 1998; RÉMOND, 2003; ROSANVALLON, 1996.

escolhemos os periódicos *A Reação* e *A Cruz*. Embora os periódicos analisados tenham sido publicados em diferentes décadas, eles são aqui analisados pois, através destas publicações, verificou-se a prática do uso da imprensa como instrumento político.

O uso do jornal no jogo político: A reação e os bastidores da campanha que consagrou a “força” de Antônio Paes de Barros

Na virada do século XIX para o XX, o esfacelamento do núcleo político chefiado por Generoso Ponce, até então uma das mais expressivas figuras políticas de Mato Grosso, fortaleceu o papel político de Antônio Paes de Barros. Naquele período, Paes de Barros, o dono da Usina Itaiaci a mais moderna empresa de produção de açúcar de Mato Grosso, firmou-se como liderança política no Estado. Além do prestígio econômico a ascensão política de Antônio Paes de Barros ocorreu graças a sua capacidade de arregimentar homens e armas. Desse modo, em pouco tempo ele tornou-se uma “força” imbatível. O processo de ascensão política de Totó Paes, iniciado na década de 1890 culminou com sua eleição para o governo de Mato Grosso, em 1903.

O período que antecedeu a eleição foi marcado pela propaganda contrária ao grupo que comandava a política no Estado, com políticos como os irmãos Joaquim e Manoel Murtinho, Antônio Pedro Alves de Barros (eleito presidente de Mato Grosso em 1899) e Antônio Paes de Barros, e promovida pelo jornal *A Reação*, criado pelo grupo político de Generoso Ponce que havia sido apeado do poder. A criação do periódico foi uma tentativa de frear as intenções políticas de Antônio Paes de Barros. A *calle* Estrela, em Assunção, capital do Paraguai, foi o lugar escolhido por Ponce e Antônio Corrêa da Costa como refúgio. Após sucessivas derrotas políticas sofridas ao longo dos 1899 a 1901, eles se dirigiram ao país vizinho, na tentativa de reorganizar as bases do Partido Republicano para combater os adversários que haviam tomado o poder em Mato Grosso. A alternativa encontrada pela oposição foi a criação do periódico *A Reação*.

A escolha da capital paraguaia como sede da “resistência” organizada por Ponce por um de seus principais aliados, Antônio Corrêa da Costa, não foi sem propósito. Situada a meia distância entre o Rio de Janeiro, a capital federal, e Cuiabá, capital de Mato Grosso, Assunção era lugar de passagem obrigatória às embarcações que ligavam esses dois extremos. Era, portanto, um espaço que garantia o fluxo de notícias que pudessem deixar os mato-grossense a par das posições políticas de Generoso Ponce. Ali

também eles estavam a salvo das forças leais ao governo de Mato Grosso. Por esses motivos a cidade foi escolhida como local em que o grupo de Generoso Ponce poderia se recompor.

No Paraguai, Ponce e Antônio Corrêa da Costa tornaram-se os principais articulistas do jornal *A Reação*. O periódico, escrito em linguagem panfletária e voltado exclusivamente para o público mato-grossense, tornou-se uma espécie de porta-voz do grupo que passou a combater a situação política em Mato Grosso. O primeiro número do jornal circulou em junho de 1902. Tinha formato simples para os padrões editoriais da época: duas colunas e oito páginas. Ao longo de um ano *A Reação* procurou expor, através de ataques diários ao grupo comando por Antônio Paes de Barros e pelos irmãos Murtinho, aquilo que nomeavam de “mazelas” do governo que estava à frente do poder em Mato Grosso desde os enfrentamentos armados de 1899.

Um traço peculiar de *A Reação* era a expressão: “Publica-se no Paraguay por falta de garantias no Estado”, grafada em todas as edições, logo abaixo do título, na primeira página. A frase, repetida em diversos livros que versam sobre a história de Mato Grosso foi, praticamente, um clichê historiográfico utilizado para fazer referência ao clima político do Estado, naquele período. Além da frase autoexplicativa, os redatores justificavam a publicação do periódico em terras paraguaias:

A atitude que assumimos, nós os emigrados matogrossenses (*sic*), perseguidos, por termos um ideal político, criando aqui na República do Paraguai este órgão de publicidade, está plenamente justificada pela absoluta falta de garantia do direito de crítica e análise, a liberdade de imprensa em nossa terra.⁴

Mais do que traduzir um certo momento da política mato-grossense, o fato é que a publicação do jornal *A Reação*, como o próprio nome do periódico diz, foi uma tentativa de fazer frente à crescente influência de Antônio Paes de Barros, também conhecido como Totó Paes, em um momento em que estavam em jogo as eleições dos representantes ao Congresso Nacional e à presidência do Estado.

A estratégia discursiva mais evidente em *A Reação* apresentou os aliados de Generoso Ponce, mortos ou obrigados a sair de Mato Grosso, em razão da derrota nos enfrentamentos armados ocorridos nos anos anteriores, como vítimas de uma trama orquestrada por Manuel Murtinho e por seu irmão, o então Ministro da Fazenda

⁴ APMT. *A Reação*. **A Reação**. Assunção PY, 30 de jun. de 1902, p. 1

Joaquim Murtinho, e executada pelas forças comandadas por Totó Paes. Segundo o jornal, havia uma sistemática perseguição política aos partidários de Generoso Ponce em que um contínuo de ações, iniciadas com a anulação das eleições em 1899, que se desdobrou em uma série “perseguições” que perduravam até aquele momento. O jornal não tratou os enfrentamentos armados ocorridos em 1901⁵, como uma tentativa de levante planejado pelo grupo Generoso Ponce, o que o confronto entre as fontes consultadas e a bibliografia que examina o período parece confirmar.

Com tintas bastante carregadas, *A Reação* procurou conferir à narrativa daqueles acontecimentos o tom de uma tragédia perpetrada, pura e simplesmente, para afastar Generoso Ponce e o Partido Republicano da arena política mato-grossense. Ao abordar as mortes ocorridas meses antes de sua criação, o periódico procurou rememorar esse passado recente, colocando os que morreram na condição de “vítimas” que “lutavam para libertar o Estado de Mato Grosso do jugo imposto pela política situacionista”. Os artigos não deixavam de apontar a aliança entre os Murtinho e Totó Paes como responsável pelas mortes. Segundo *A Reação*,

(...) o **Dr. Manoel Murtinho**, de conluio com o seu genro, o celeberrimo bacharel Bené [Benedito Chrispiano de Souza], tipo reles de especulador político e ambicioso intrigante, emigrado da Bahia em busca de emprego em Mato Grosso **foi quem autorizou o infame morticínio praticado pelo chefe de polícia João Aquino Ribeiro [genro de Totó Paes],(...)** [que] se julgava senhor absoluto para dispor como coisa conquistada da vida de matogrossenses (*sic*) cheios de serviços, de pais de família que militavam já na política de sua terra quando talvez (*sic*) nem em sonhos cogitasse o bacharel Aquino do inverossímil domínio com que agora a profanava (...) (Grifo nosso).⁶

⁵ Entre os confrontos armados ocorridos entre fins de 1901 e o começo do ano seguinte, destacam-se: os conflitos em Nioaque, sul de Mato Grosso, onde um importante aliado de Ponce, Jango Mascarenhas, foi morto. A invasão da Usina Conceição, em novembro de 1901, liderada por João Aquino Ribeiro, chefe de polícia de Mato Grosso e genro de Totó Paes, sob suspeita de conspiração contra os poderes instituídos. Na oportunidade, a propriedade de João Paes de Barros (que era irmão e adversário político de Totó Paes) foi cercada e todos os que estavam ali (aliados de Ponce) foram presos e conduzidos à Cuiabá em dois grupos distintos. Durante o deslocamento de um destes grupos de presos, na localidade denominada Baía do Garcez, 17 pessoas foram assassinadas. Na sequência, nas cercanias da fazenda São Manuel, situada a cerca de 60 léguas de Cuiabá, forças arregimentadas pelo ex-Presidente Antônio Cesário de Figueiredo (aliado de Ponce) foram abatidas pelas tropas do governo. Também ocorreram enfrentamentos na região de Diamantino. Para maiores referências sobre os enfrentamentos armados ocorridos em Mato Grosso à época, ver: APMT. Coronel João Paes de Barros. **A Reação**. Assunção PY, 20 de jul. de 1902, p. 5/6; 30 de ago.

⁶ APMT. 4 de Novembro de 1901 a tragédia da Bahia dos Garcez. **A Reação**. Assunção PY, 10 de nov. de 1902, p. 1/2.

Para corroborar a tese de “perseguição e morticínio” perpetrada contra “pais de família” por meio da (re)apresentação de uma memória recente e, ao mesmo, tempo imputar responsabilidade aos seus desafetos, *A Reação* enfatizou, veementemente, a aliança entre os Murtinho, o Presidente do Estado, Antônio Pedro Alves de Barros, e Totó Paes, seu braço armado. Nesse sentido, a memória dos fatos, trazida à tona por meios dos muitos artigos veiculados pelo jornal, tentava ligar as mortes ocorridas nos enfrentamentos armados de 1899 e 1901 ao grupo que estava no poder. Essa estratégia discursiva tinha por objetivo recorrer “ao caráter *atualizador* da memória e seu vínculo institutivo com a *ação*” (SEIXAS, 2004, p. 53), ação essa que tinha como resultado a situação política posta no presente. Através da rememoração de passado, sobretudo um passado recente, ainda vivo na memória dos possíveis leitores/eleitores, as matérias de *A Reação* procuravam interferir no presente. E que presente era esse?

Um presente que impossibilitava Generoso Ponce de agir com a mesma liberdade de outrora, em que ele contava com um núcleo reduzido de partidários e, acima de tudo, um presente em que se aproximavam novas eleições. Assim, ao mesmo tempo em que buscavam manter viva a memória daquilo que os articulistas tratavam como “perseguição” e “morticínios”, objetivavam transformar seu discurso em arma capaz de minar as candidaturas da chapa lançada pelos adversários. Na disputa daquele ano para Câmara Federal, o Partido Constitucional lançou os nomes de Benedito C. de Souza e João Aquino Ribeiro, (respectivamente genros de Manoel Murtinho e Totó Paes), e do Major Lindolfo Serra e José da Costa Neto. Para o Senado o nome indicado foi o de Joaquim Murtinho.⁷ Quanto à indicação do nome que concorreria à presidência do Estado, embora alguns tenham sido aventados por Manoel Murtinho, o prestígio conquistado por Totó Paes contribuiu para que ele próprio impusesse sua candidatura.⁸ De acordo com Generoso Ponce,

o Sr. coronel Antônio Paes, percebendo a manobra de S. Ex. (...) apresentou-se para o lugar dizendo: "Eu sou quem estou nos casos de governar Mato Grosso. Ninguém pode me disputar essa posição.

⁷ APMT. Eleições Federais. **A Reação**. Assunção PY, 20 de jan. de 1903, p. 1.

⁸ Os nomes inicialmente cotados para o cargo de Presidente de Estado foram os do genro de Manoel Murtinho, Benedito C. de Souza, e, depois, o do genro de Antônio Paes de Barros, João Aquino. Segundo o jornal, era “a disputa dos genros”. Todavia, na decisão prevaleceu o nome do próprio Antônio Paes de Barros. A matéria que menciona tanto a intensão de Manoel Murtinho como de Antônio Paes de Barros em lançar seus respectivos genros está em: APMT. O primeiro golpe. **A Reação**. Assunção PY, 30 de ago. de 1902, p. 1

Neste regime de terror que V. Ex. (M. Murtinho) me ajudou a implantar no Estado, não há outro que leva-me vantagens. O candidato sou eu.⁹

Para fazer frente às pretensões dos adversários, desde a edição de 30 de outubro de 1902 até a realização das eleições, *A Reação* anunciou os nomes dos candidatos do Partido Republicano à eleição Federal. Para o Senado, o indicado era o próprio Generoso Ponce, cujo mandato expirava naquele ano; e, para a Câmara Federal os indicados eram: Luiz Adolfo Corrêa da Costa, Joaquim Augusto da Costa Marques, o Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes e Arnaldo Novis.¹⁰ Para a presidência do Estado, o nome escolhido pelo PR foi o de Manoel Espiridião da Costa Marques.

As matérias publicadas em *A Reação* após as eleições tendem a fazer o leitor crer que, mesmo estando diante de um quadro adverso, ou seja, não dispondo do controle político do Estado, e articulando-se a partir do Paraguai, a influência de Generoso Ponce e seus principais aliados não tinha sido anulada junto à população mato-grossense. Os resultados parciais da apuração dos votos ao Legislativo federal, publicados por *A Reação*, indicavam a vitória do PR. Ainda segundo as notícias, ele próprio, Generoso Ponce, estaria à frente de Joaquim Murtinho na contagem dos votos para o Senado.¹¹

Todavia, quando confrontadas as publicações de *A Reação* com o processo de oficialização do pleito, publicado pelo Diário Oficial da União, que confirma o diploma dos eleitos na Comissão de Verificação de Poderes, constata-se que a condução da eleição consagrou a força da facção liderada pelos irmãos Murtinho e por Antônio Paes de Barros. Todos os candidatos por eles indicados, tanto para a Câmara Federal como para o Senado, foram eleitos. Até onde nos foi possível verificar, houve contestação ao resultado das urnas apenas por parte dos candidatos que concorrem ao cargo Deputado Federal pelo PR: Luiz Adolpho C. da Costa, Joaquim Augusto da C. Marques e Arnaldo

⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por Generoso Ponce em 30 de outubro de 1902, p. 897. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1902&Livro=2&Tipo=9&Pagina=897. Acesso em 15 de dez. de 2012.

¹⁰ APMT. Eleições Federais. **A Reação**. Assunção PY, 30 de out. de 1902, p. 1.

¹¹ Cf: APMT. Notícias várias. **A Reação**. Assunção PY, 10 de abr. de 1904, p.7

Novis. Generoso Ponce, candidato derrotado ao Senado, sequer contestou os votos obtidos pelo seu adversário, Joaquim Murtinho.¹²

Enquanto se mantiveram em compasso de espera, aguardando o julgamento dos diplomas dos candidatos a Deputado Federal pela Comissão de Verificação de Poderes, Ponce e seus partidários assistiram à vitória de Antônio Paes de Barros à presidência de Mato Grosso. Conforme matéria de *A Reação*, publicada nos primeiros dias de maio de 1903, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, “reconheceu e proclamou (...) presidente e vice-presidentes de Mato Grosso para o período de 1903 a 1907 os Srs. Coronéis Antônio Alves de Barros, Pedro Leite Ozório, Antônio Leite de Figueredo e João Batista de Almeida.”¹³

Com as vitórias no Congresso e para o governo do Estado por parte de seus adversários, a tentativa do jornal de Generoso Ponce, *A Reação*, de tornar a memória instrumento de ação política, ou seja, de “servir-se” da rememoração dos enfrentamentos armados, criando uma aparente ideia de unilateralidade da violência, transformando correligionários mortos em “vítimas”, para assim realizar uma “síntese do passado e do presente, visando ao futuro”, não produziu o efeito esperado (SEIXAS, 2004, p. 53). Diante da confirmação do quadro político estabelecido no Estado, ou seja, a vitória da aliança firmada entre Antônio Paes de Barros e os Murtinho, a “voz” dos membros do Partido Republicano mato-grossense, materializada por meio o jornal *A Reação*, emudeceu. Um ano após a veiculação do primeiro número, o jornal saiu de circulação. O resultado das eleições confirmou também o declínio do Partido Republicano, grupo chefiado por Generoso Ponce, e a ascensão de Antônio Paes de Barros na arena política local. Apoiado pelos irmãos Murtinho, o empresário, dono da Usina Itaiçá, a mais moderna da região, tornou-se, também, uma das figuras políticas de maior expressão em Mato Grosso.

¹² O pedido de impugnação aos candidatos eleitos pelo Partido Constitucional (vinculado aos irmãos Murtinho e a Antônio Paes de Barros) consta na edição do DOU de 21 de abril de 1903. Quanto ao resultado para a vaga do Senado, o que encontramos foi apenas a referência ao telegrama enviado pelo 2º e 3º tabeliões de Mato Grosso ao Congresso Nacional informando a vitória dos candidatos do PC em Mato Grosso, entre os quais, Joaquim Murtinho, eleito para a vaga de Senador. Cf: DOU de 21 de abr de 1903, p. 14 e 19. Disponível, respectivamente em:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1630010/pg-19-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-04-1903/pdfView> e <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1630005/pg-14-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-04-1903/pdfView>. Acesso em 22 de mai de 2014.

¹³ APMT. Obsecados! *A Reação*. Assunção PY, 10 de mai. de 1903, p. 1.

Entre Eva e Maria: O uso do jornal *A Cruz* como instrumento de divulgação de comportamentos “sadios” as mulheres

Os discursos e a tentativa de manipulação nunca foram absolutos; a esse respeito cabe lembrar que “mesmo os regimes que levaram esse controle ao extremo não conseguiram atingir o objetivo de formar a opinião única” (CAPELATO, 1999, p.175). Se o discurso de um dado regime funcionou, e até certa medida isso aconteceu a ponto de fazer sentido para o receptor, tal se deu em função dos elementos populares que ele articulou. Sendo assim, por exemplo, o discurso populista brasileiro – na era Vargas – cruzou seus caminhos com elementos dispersos, esparsos, que constituem parte do acervo do saber popular, dando ao povo uma imagem na qual ele se reconhecia.

Nessa medida, criou laços sociais, pois se apoiou em elementos que pertenciam ao universo popular (GARCIA, 1982), podendo-se citar, como exemplo desse interesse, a oficialização dos desfiles das escolas de samba, com a qual o governo incentivava, apoiava e também controlava as manifestações carnavalescas populares (CALABRE, 2003, p. 6). Portanto, a ação de instrumentos de controle como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) se fez sentir na produção dos mais diversos bens culturais, usando como meio a edição de uma série extensa de livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários cinematográficos, filmes de ficção etc, para atingir seu fim: a divulgação das ações e diretrizes do Estado Novo, bem como a promoção do regime e de seus dirigentes.

Provavelmente, outra medida que favoreceu a eficiência das ações do DIP foi a cooptação dos jornalistas que, segundo Maria Helena Capelato, se deu “através das pressões oficiais, mas também pela concordância de setores da imprensa com a política do governo” (CAPELATO, 1999, p. 170). Vale frisar que o governo varguista atendeu às reivindicações da categoria, a exemplo da regulamentação profissional que garantia direitos aos trabalhadores da área. É provável que muitos jornalistas não se inclinaram às pressões do poder, mas, segundo Nelson Werneck Sodré, foram raríssimas as empresas jornalísticas que não se deixaram corromper pelas verbas e favores oferecidos pelo governo (SODRÉ, 1977). Nesse sentido, Maria Helena Capelato atenta para o fato de que “por um lado, o autoritarismo do Estado Novo explica a adesão e o silêncio de

jornalistas; por outro, não se pode deixar de considerar que a política conciliatória de Getúlio Vargas, aliada à ‘troca de favores’, também surtiu efeito entre os ‘homens de imprensa’” (CAPELATO, 1999, p. 170).

Nesse contexto, a imprensa constituiu-se em importante instrumento para a formulação, divulgação e reforço de padrões de comportamentos sociais, no interior dos quais as mulheres foram caracterizadas como biológica e psicologicamente frágeis em relação ao homem, devendo, portanto, estar submetidas a eles. Representadas como portadoras de certas qualidades inerentes ao sexo feminino, entre elas a ternura, a delicadeza e a intuição, seu lugar, por excelência, era o lar e suas tarefas deveriam estar restritas aos cuidados com os maridos e filhos (ROCHA, 1982). Assim procedendo, os jornais reproduziam os modelos que há muito tempo faziam parte do imaginário Ocidental, também encontrados na literatura, nos sermões e nos textos escolares (PEDRO, 2004). Noutros termos, além da cisão entre os que sabiam ler e aqueles que se limitavam à cultura oral, em suas páginas os jornais mato-grossenses procuravam promover a divisão entre os espaços público e privado, com o primeiro definindo-se como área de atuação masculina e o segundo como lugar destinado à mulher.

Isso é o que se observa da análise estrutural dos periódicos, nos quais a primeira página era dirigida ao público masculino que, supunha-se, estaria mais interessado pelas disputas políticas locais, nacionais e internacionais, com profusão de notícias referentes à Segunda Guerra Mundial. A partir da segunda página, surgiam artigos e notícias, geralmente extraídas dos jornais dos grandes centros urbanos do país, que pela abundância de referências à mulher, pareciam dirigir-se ao público feminino.

Tomando-se como exemplo o semanário *A Cruz*, veículo de divulgação da Liga Católica de Mato Grosso, editado em Cuiabá, mas com ampla circulação nas cidades do interior do Estado, as páginas internas ficavam reservadas para artigos, na maior parte das vezes, sem qualquer identificação dos autores, cuja pretensão era “educar” a família, transmitindo, entre outras mensagens, hábitos sexuais “sadios”, considerados fundamentais numa sociedade marcada por inúmeras pressões, entre as quais, o surgimento de novos personagens e espaços urbanos típicos das grandes cidades, tais como as casas de jogos e de prostituição. Em sua edição de 05 de março de 1939, o jornal *A Cruz* trazia o seguinte artigo:

É sabido que o homem, escravizado pela carne, procura coonestar as suas derrotas com motivo de ordem intelectual... não resta aos nossos

rapazes desfibrados outros expedientes senão confessar, sinceramente, que a razão única de sua vida incontinência é a fraqueza de sua vontade a derrota de seu espírito pela carne ... ensinar a mocidade masculina que a castidade e a continência, não são nocivas a saúde, mas virtudes muito recomendadas ainda sob o ponto de vista médico e higiênico.¹⁴

Para a elite urbano-burocrática mato-grossense, grupo ansioso por ascender posições sociais que lhe garantisse prestígio político e segurança material, não era apenas necessário incorporar novos hábitos e condutas importadas das grandes cidades do país. Não sendo mais suficiente, como mecanismo de diferenciação social, ser branco, católico e proprietário, era preciso ser civilizado, ter gosto e ser “higienizado”. Não obstante a menção aos médicos e higienistas, cujo papel como organizadores da vida pública e privada foi fundamental no final do século XIX e início do XX, era à mãe que *A Cruz* atribuía um papel central para a sadia educação física e mental dos filhos, como se observa em alguns dos “dez mandamentos”, ou “conselhos”, destinados aos meninos, publicados pelo semanário em janeiro de 1939:

- 1º Amar a tua mãe sobre todas as mulheres.
- 2º Não abrigues pensamentos que tua mãe não possa conhecer, nem cometas ações que ela não possa ver.
- 3º Declaraste culpado, antes que mentires hipocritamente
- 4º Vivas em tua casa com amor e alegria, a ponto de desvanecer amarguras e atenuar tristezas.
- 5º Pense em ser modesto, de preferência a ser belo, e sempre bom.
- 6º Procurar ter convicções sinceras, fé pura, conhecimentos sólidos e inexorável caridade.
- 7º Trabalha no lar, como si não tivesses o auxílio de tua mãe.
- 8º Aprende a arte de escutar com paciência, fala sem encolirizar-te, sofre e goza sem extremos, e terás conseguido muito para seres feliz.
- 9º Acostuma-te a, ver em tua casa a melhor das residências e em teus pais os melhores amigos.
- 10º Trata e estima a todos, irmãos, amigos, e criados.”¹⁵

Essencial, no processo de formação do cidadão “civilizado” e “higienizado”, o papel da mãe seria estendido às professoras: “[...] a mulher mato-grossense conhece, sobretudo, que só o amor resgata, eleva, purifica e redime, e que mundo novo será o que forem as mães e as mestras de hoje, atuando no espírito do homem de amanhã”.¹⁶ Não será demais lembrar que o problema da educação foi motivo de intensa discussão

¹⁴ “A continência sexual é nociva à saúde?” *Jornal A Cruz*, Cuiabá, 05/03/1939, p. 4.

¹⁵ *Jornal A Cruz*. 08/01/1939, p.03.

¹⁶ “Mulher de nossa terra”. *Jornal A Cruz*, Cuiabá, 11/02/1940.

durante o Estado Novo. Inspirado na noção, expressa pelo Ministro Gustavo Capanema, de que a educação não podia ser “neutra no mundo moderno”, a partir de 1937 o Ministério da Educação e Saúde lançou uma série de diretrizes, visando levar a cabo um amplo projeto de nacionalização cultural, sob o rígido controle do DIP.

Encarada como instrumento de formação das massas, a educação no Estado Novo orientava-se, portanto, para fazer “das gerações de amanhã um todo homogêneo e coeso, sabendo mandar e obedecer”.¹⁷ Ao professor estava destinada a tarefa de ser o “obreiro da eugenia da raça”, devendo aperfeiçoar “os valores dirigidos e criadores das elites e as aptidões produtoras das massas”.¹⁸ Nesse processo, as mulheres deveriam transformar-se em aliadas do Estado, cabendo-lhes o papel de agentes “civilizadores” no interior dos lares. Num plano mais abrangente, reservava-se a elas a função de educar “homens melhores” que formariam a nação brasileira.

Não só do Estado elas apareciam como aliadas. Desde a vitória dos “revolucionários” de 1930, as relações entre o Governo e a Igreja começaram a se estreitar, com esta última ganhando terreno na esfera política. Em 1932, o Cardeal Dom Sebastião Leme fundou a Ação Católica Brasileira e a Liga Eleitoral Católica, congregando intelectuais como Tristão de Atayde e parcela da classe média. Como reflexo disso, nas eleições para a Constituinte de 1934, os católicos contribuíram para a vitória de inúmeros deputados, os quais lutaram para realizar o velho sonho dos políticos ligados à Igreja, de restituir o Catolicismo como religião oficial do povo brasileiro, privilégio perdido com a Constituição de 1891 – leiga e positivista. Assim, a Constituinte de 1934 acatou algumas das principais reivindicações das lideranças católicas.

A nova Constituição foi promulgada em nome de Deus, o Catolicismo instituído como religião oficial, o matrimônio considerado indissolúvel, o casamento religioso oficialmente reconhecido, além da implantação, nas escolas primárias e secundárias, do ensino facultativo da religião católica. Instituição essencial no esquema de edificação do caráter individual e coletivo, a Igreja também cobraria das mulheres um papel fundamental na formação dos filhos, lembrando-as de que a educação cristã seria um complemento indispensável para a construção do “novo Homem”.

¹⁷ Revista de Educação Física, RJ, n° 24, 1938

¹⁸ Idem, RJ, n° 62 e 69, 1942.

Pouco a pouco, as conquistas feministas no exterior repercutiam no Brasil, com o próprio Governo Provisório acatando algumas de suas reivindicações. Em 1932, durante as eleições para a Assembléia Constituinte, foi concedido o direito de voto às mulheres. Na Constituinte de 1934, a participação feminina na política se acentuou e vários artigos da Constituição viriam a beneficiá-las, a exemplo da regulamentação do trabalho feminino já previsto nos Decretos Leis de 17 de maio de 1932.

Sensíveis às mudanças em curso no país e fora dele, os jornais matogrossenses não deixavam de perceber a emergência da “mulher moderna”. Atribuindo a ela um lugar de destaque e ativo naquele processo de transformações, apontavam-na, porém, como importante auxiliar para a manutenção da ordem e das instituições. Para tanto, estabelecia-se a dicotomia entre dois pólos da imagem feminina, ou seja, entre a figura mitológica de Eva que, representada como a mulher fútil e sedutora que utiliza seus encantos para levar o homem ao pecado, seria identificada como pólo negativo, e Maria em cuja figura repousava o verdadeiro “espírito feminino” do amor desinteressado e altruísta. Assim, num artigo apócrifo intitulado “A mulher e o modernismo”, provavelmente escrito por uma mulher, *A Cruz* deixava transparecer o quão tímidas ainda podiam ser consideradas as conquistas femininas, em razão da persistência de um modelo feminino idealizado:

Mulher somos a salvadora do mundo... já uma vez ela o perdeu com o nome de Eva, aliciando com seu amaivus (sic), o homem para a transgressão da lei. De outro feito redimiu, sobre a bela encarnação da virgem mãe, Maria a mulher das dores, personificada de espírito feminino de renúncia e sacrifício, morrendo de morte mais dura que a própria morte, na paixão do filho. Agora cabe de novo à mulher, na encruzilhada trágica do mundo moderno, salvar ou perder a humanidade. Ela o salvará, estou certa. Ela salvará o mundo desde que se disponha a ser Maria e não Eva. A dar o exemplo do amor e da abnegação, e não da vaidade e apego aos gostos efêmeros. A influir, pelo espírito de vontade e bondade, na formação do homem novo. A ser guia, amiga e companheira do homem e não seu superior.¹⁹

Dessa perspectiva, enunciava-se “o verdadeiro sentido do feminismo”:

O século XX é o século da mulher... As conquistas feministas valem sem dúvida pela aquisição de maiores direitos e graves deveres... para essas bonequinhas de salão que visualizam o feminismo como apenas vantagens materiais e poder fazer o que os homens podem fazer, saiba que o homem sempre outorgou, egoisticamente, todos os direitos

¹⁹

Jornal A Cruz, Cuiabá, 20/01/1940, p. 2.

dando à mulher, na comunhão do lar, tão somente as obrigações. Hoje são meeiros, participantes em ambas as coisas. A mulher moderna é auxiliar e colaboradora de seu companheiro doutro sexo. Trabalha, lida, atira-se como ele ao vórtice da vida e sofre junto dele, nessa luta áspera que é a existência. Mas para isso há que entrar blindada de aço da sua resistência moral, armada, como as clássicas Minervas, da sua couraça, da sua inteligência, e ao mesmo tempo aureolada como as Madonas da nossa crença desse ato sobrenatural de virtude que é a força, e da graça que é a beleza. Só assim a mulher realiza o verdadeiro feminismo.²⁰

A mensagem era clara: embora reconhecendo que o século XX era o século das mulheres, sendo um dos mais importantes produtos do movimento feminista, a elaboração de um “novo homem”, supostamente ciente de suas atribuições de pai e marido, para o articulista de *A Cruz* a “nova mulher”, lançada no “vórtice da vida”, jamais deveria perder de vista seu papel mais essencial na sociedade, o de mãe e esposa, sob a ameaça de colocar em risco sua graça e a própria feminilidade e, mais que isso, ser identificada, no caso da mulher da elite, à “bonequinha de salão”, fútil e vulgar, e, no caso da mulher das camadas subalternas da sociedade, às “decaídas” que vinham sendo perseguidas pela polícia de Campo Grande. Explicitamente, a mulher, ligada primordialmente à família e à maternidade, tornava-se a afirmação do feminino modelar. Frente a ela, as “outras” apareciam como a desordem, ou seja, aquelas que não realizavam o ideal sexual do amor matrimonial e da maternidade como as solteiras, as libertinas, as prostitutas e as apaixonadas – todas aquelas cuja sexualidade não é posta para gerar filhos no interior da família institucional (PAOLI, 1985, p. 81).

Por fim, as mudanças ocorridas não significavam autonomia e sim redefinição do controle sobre a mulher (SOIHET, 1989, p.116) que, juridicamente, ficou sob a dependência da tutela conjugal, estando impedida de exercer com autonomia os direitos individuais, a liberdade de pensamento, expressão, consciência, religião, a liberdade de circulação, do trabalho e liberdade de contrato e associação. Medicamente vigiada pelas regras emanadas da “ordem médica”, que lhe impôs a obrigatoriedade moral de conservar a sua saúde e de seus filhos, preservando indiretamente a saúde do corpo político, assumiu a identidade da parcela dócil e frágil da sociedade (SOIHET, 1989).

De fato, as representações femininas veiculadas não apenas no jornal *A Cruz* mas como em outros jornais mato-grossense, serviam, efetivamente, para estabelecer modelos e normas de conduta tanto para as “classes perigosas” quanto para aquelas

²⁰"O verdadeiro feminismo". Jornal *A Cruz*, 10/09/1942, p.4.

desejosas de pertencerem às elites locais, além de vender imagens positivas do Estado, lugar onde a civilidade e a modernidade andavam juntos com a natureza, a moral e tradição. Porém, deva-se questionar: qual foi a verdadeira eficácia de tais representações para as mulheres que vivenciavam as diferentes realidades do campo e da cidade? Ou, ainda, para aquelas dos múltiplos extratos sociais e étnicos, tais como: a mulher indígena, a negra, a operária, a camponesa, a dona-de-casa, a mulher da elite? Essas são algumas questões que ainda estão para serem desenvolvidas em futuras pesquisas.

Considerações finais

Tanto na sua dimensão material como simbólica, buscamos nesse artigo compreender nos periódicos **A Reação** e **A Cruz** as motivações dos atos políticos, seja do Estado e de seus agentes ou de grupos e instituições.

A investigação do conteúdo dos jornais **A Reação** e **A Cruz** possibilitou, ainda, perscrutar as dimensões e o potencial da imprensa para os interesses colocados no jogo político mato-grossense, num período em que o poder era disputado por um pequeno, mas poderoso grupo de políticos que se valiam dos periódicos, principal meio de comunicação da época, para produzir leituras das realidades que lhes projetavam para o leitor como “nobres” defensores dos ideais da República em Mato Grosso e, ao mesmo tempo, colocavam os adversários na posição de vilões e sanguinários que, a qualquer preço, pretendiam se manter no poder.

Referências

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre (et al). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998
- CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. In: **Revista Estudos Históricos, Mídia**. n. 31, 2003/1 CPDOC/FGV.
- CAMARGO, Ana. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: **Anais do V Simpósio Nacional da Anpuh**. Vol. II. São Paulo: s/ed.,1971, pp. 223-239
- CAPELATO, Maria. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o estado novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.
- CARONE, Edgar. **O estado novo (1937-1945)**. RJ: Difel, 1976.

- CORRÊA, Valmir. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.
- CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no estado novo**. SP: Cortez, 1981.
- GARCIA, Nelson. **Estado novo: ideologia e propaganda política**. São Paulo: Loyola, 1982.
- LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARTINS, Ana; LUCA, Tânia (Orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MESQUITA, Eni; TUPY, Ismênia. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- PAOLI, Maria. Mulheres: lugar, imagem, movimento. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. nº 4. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1985
- PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIOR E, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. SP: Ed. Contexto, p. 281.
- PEDRO, Joana. **Mulheres honestas e mulheres faladas, uma questão de classe**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.
- PEREIRA, Moacir. **Imprensa: um caminho à liberdade**. Florianópolis: Lunardelli/UFSC, 1980.
- RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003
- ROCHA, Rosângela. **Imagem desfocada (estudo sobre indústria, cultura, ideologia e mulher)**. Dissertação (Mestrado em História) USP. São Paulo: 1982.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). In: **História**, São Paulo, 15: 27-39, 1996.
- SEIXAS, Jacy. Percursos de Memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; N AXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento indagações sobre uma questão sensível**. Campinas - SP: Unicamp, 2004.
- SODRÉ, Nelson. **História da Imprensa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil. 1977.
- SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres pobres e Ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1989.
- SOUZA, Maria. **As meninas do estado novo em Campo Grande MT: breve estudo do jornal escolar ecos juvenis (1937-1945)**. Aquidauana: CEUA/UFMS, monografia de especialização em História Regional, 1999.
- THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. 3. vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WELTMAN, Femando. Imprensa e política no pós-Nova República: Notas sobre a evolução recente da intervenção política da imprensa e sua investigação. In: **Cadernos de Sociologia e Política**. RJ: IUPERJ, 1, nov., 1995.

WELTMAN, Femando. Da desilusão ao aprendizado político: como a imprensa participa do processo. In: **Jornal da ABI**, RJ, vol. 3, n° 3, p. 67-69, 1997. Edição especial.